



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
TECNÓLOGO EM ARAGUAÍNA

FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
MORADORES DO ASSENTAMENTO ILHA VERDE, BABAÇULÂNDIA – TO**

ARAGUAÍNA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
TECNÓLOGO EM ARAGUAÍNA

FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
MORADORES DO ASSENTAMENTO ILHA VERDE, BABAÇULÂNDIA – TO**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao
Curso de Gestão e Negócio Cooperativismo da
Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial
para obtenção do grau de Tecnólogo em Cooperativismo.
Orientador: Prof. Bruno Costa da Fonseca

ARAGUAÍNA
2019

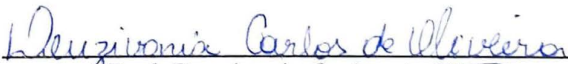
FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS

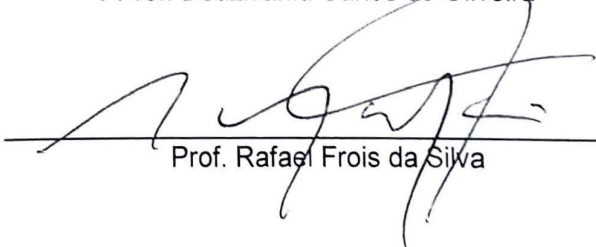
**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
MORADORES DO ASSENTAMENTO ILHA VERDE, BABAÇULÂNDIA – TO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Aprovada em 24/12/2014

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Bruno Costa da Fonseca (orientador)


Prof. Deuzivania Carlos de Oliveira


Prof. Rafael Frois da Silva

ARAGUAÍNA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237a Santos, Fernanda Rodrigues.
ANALISE DAS ESTRATEGIAS DE REPRODUÇÃO
SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ILHA
VERDE.. / Fernanda Rodrigues Santos. – Araguaina, TO, 2020.
30 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaina - Curso de Gestão de
Cooperativas, 2020.

Orientador: Bruno Fonseca
Coorientador: DEUZIVANIA CARLOS DE OLIVERIA

1. AGRICULTURA FAMILIAR. 2. ASSENTAMENTO . 3. ILHA
VERDE. 4. ACESSO AOS MERCADOS INTITUCIONAIS. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida. A minha família e em especial Corina Maria (in memoria) que foi exemplo de caráter e dignidade e que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. E aos meus amigos Ana Maria e Júnior que sempre estiveram do meu lado contribuindo para o meu conhecimento.

LISTA DE SIGLAS

CESTE- Consócio do Estreito Energia.

PRONAF- Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura.

FAO- Nações unidas para Agricultura e Alimentação.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PNAE- Programa Nacional de Alimentos Escolar.

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos.

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural.

PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PNAE- Programa de Alimentação Escolar.

FNDE- Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CAE- Conselho de Alimentação Escolar.

APA- Área de Proteção Ambiental.

UFT- Universidade federal do Tocantins.

TO- Tocantins.

UHE- Usina Hidrelétrica de Energia.

BURITI- Bloco de pesquisadores (as) em lazer em Turismo do norte do Tocantins.

RESUMO

Este trabalho foi concebido a partir da necessidade de compreender a realidade da comunidade Ilha Verde, no município de Babaçulândia – TO, atingida pela UHE Estreito, sobretudo no que concerne as estratégias de reprodução socioeconômica da comunidade. Foi objetivo, ademais, identificar as atividades produtivas e como se deu a organização social das famílias, pós chegada no assentamento; as formas de acesso aos mercados e o impacto das ações do Consócio Estreito Energia (CESTE) sobre as estratégias de sobrevivência das famílias. Como recurso metodológico, utilizou-se a pesquisa do tipo qualitativa, bibliográfica e de campo, com o uso de entrevistas semiestruturadas, onde buscou - se compreender, a partir da percepção dos comunitários, o processo de produção e comercialização das atividades produtivas da comunidade Ilha Verde. Os principais resultados demonstram que a comunidade possui bastante dificuldade no que concerne ao escoamento da produção, tendo como principal acesso a feira da cidade de Babaçulândia - TO. O acesso aos mercados institucionais através das políticas públicas de compra direta é inexistente, assim como assistência técnica de atores externos. Se não bastasse, o processo se agrava no assentamento desde a ação de despejo acontecida no dia 11 de setembro de 2019, impactando, mais uma vez, as estratégias de sobrevivência dessas famílias.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; assentamento; Ilha Verde.

ABSTRACT

This work was conceived as part of the need to understand the reality of the Ilha Verde community, in the municipality of Babaçulândia - TO, attended by the Estreito HPP, especially regarding the strategies of socioeconomic reproduction of the community and how the social organization of the families took place after arrival in the settlement; market access and the impact of the Estreito Energia consortium (CESTE) on family survival strategies. As a methodological resource, qualitative, bibliographic and field research was used, using semi-structured interviews. , where we sought to understand, from the perception of the community, the process of production and commercialization of the productive activities of the Ilha Verde community. The main results show that the community has a lot of difficulty regarding the flow of production, having as main access to the fair of the city of Babaçulândia - TO. Access to institutional markets through direct purchasing public policies is non-existent, as well as technical assistance from external actors. If that were not enough, the process has worsened in the settlement since the eviction action that took place on September 11, 2019, impacting once again the survival strategies of these families.

Keywords: Family Farming; settlement; Ilha Verde.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	6
RESUMO.....	7
1. INTRODUÇÃO	10
2. AGRICULTURA FAMILIAR	12
3. ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS.....	16
4. METODOLOGIA	19
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO¹

As estratégias de reprodução socioeconômica de pequenas comunidades rurais estão interligadas com todas as nuances que envolvem a Agricultura Familiar no Brasil, sobretudo no que concerne a produção de alimentos, a comercialização e o acesso às políticas públicas, seja na forma de créditos ou da compra direta dos produtos. Os agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. É um modo de vida e uma instituição que o agricultor constrói ao longo de sua vida.

Nesse sentido as feiras são um importante espaço de comercialização dos produtores da Agricultura Familiar, indo muito além configura um espaço de comercialização, e identidade regional e de práticas culturais (PEREIRA; BRITO e PEREIRA, 2017) Especificamente, esse trabalho intenta analisar os modos de reprodução socioeconômica do assentamento Ilha Verde que é a fonte principal de abastecimento da feira de Babaçulândia – TO. Outro aspecto que remete a especificidade dessa comunidade é o conflito vivido com o Consócio Estreito Energia (CESTE) a mais de 8 anos em detrimento da construção da barragem do Estreito. Assim sendo este trabalho pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Como se deu a organização sócio produtiva dos moradores do assentamento Ilha Verde no acesso aos mercados institucionais?

Posto isso, esta pesquisa tem como objetivo: traçar o perfil sócio produtivo dos moradores do assentamento Ilha Verde, sobretudo no que concerne a produção e comercialização de seus produtos. No que concerne aos objetivos específicos: a) Identificar as atividades produtivas; b) Identificar como se dá a organização social

¹ Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está vinculado ao grupo de pesquisa: Bloco de pesquisadores(as) em lazer e turismo do Norte do Tocantins (BURITI), especificamente à linha: “Organização Comunitária, Empreendimentos coletivos e turismo de base comunitária”.

das famílias; c) Verificar as formas de acesso aos mercados; d) Compreender o impacto das ações do Consócio Estreito Energia (CESTE) sobre as estratégias de sobrevivência das famílias.

O tema foi escolhido a partir da vivência da autora em um trabalho intitulado “História de Vida dos Vazenteiros Deslocados pela UHE de Estreito em Babaçulândia” (DIAS, 2018), vinculado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), unidade Cimba – Araguaína – TO. Na ocasião, a vivência em campo, despertou o interesse pelos modos de vida da comunidade Ilha Verde, especialmente no que se refere as suas formas estratégias de reprodução e comercialização junto a feira na cidade de Babaçulândia - TO.

Além dessa Introdução, este trabalho é composto por uma seção sobre “Agricultura Familiar” que aborda alguns aspectos conceituais sobre o tema; uma terceira seção sobre “acesso aos mercados institucionais” e algumas políticas de apoio ao escoamento da produção de pequenos agricultores; uma quarta seção que aborda os aspectos metodológicos; posteriormente, uma seção que contém os principais resultados e; por fim, as considerações finais do trabalho.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

O constante crescimento da população mundial nos últimos tempos vem suscitando um intenso processo de produção de alimentos em todo o mundo, devido a necessidade de alimentar uma enorme massa populacional. Entretanto, esta concepção tem sido contestada assiduamente, pois, diversos estudiosos acreditam que o problema da necessidade de alimentação populacional não está na produção de alimentos e sim em sua má distribuição. Ressalta-se o impacto do advento da Revolução Verde, que através do incentivo a utilização dos chamados "Pacotes Tecnológicos", além dos créditos agrícolas destinados a grande produção, assim como, a utilização de grandes maquinários, com tecnologias que atendiam somente aos grandes produtores (MOREIRA, 2000). Refletindo, com efeito, em um processo de exclusão da Agricultura Familiar e de outros grupos sociais que não conseguiram se estabelecer neste novo cenário extremamente competitivo, que permanece ainda nos dias de hoje.

É importante destacar que embora as formas de reprodução familiar no campo sejam tão antigas o termo Agricultura Familiar tem recebido diferentes significações nas últimas décadas, seja no meio acadêmico, na elaboração de políticas públicas ou na apropriação pelos movimentos sociais. O conceito de Agricultura Familiar está entrelaçado pelos debates de desenvolvimento rural sustentável, pela geração de emprego e renda e pela segurança alimentar, isto é, pelos principais debates acerca da questão agrária. O termo utilizado pelo poder público ganhou força, sobretudo, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e posteriormente com a criação da Lei 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a Agricultura Familiar. Para efeitos de Lei ficou estabelecido que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de -obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1).

Nesse sentido se torna inegável a importância que a Agricultura Familiar possui frente à segurança alimentar no país, tendo em vista que esta tem sido responsável por 70 % dos produtos consumidos pelos brasileiros além de empregar em média 12,3 milhões de pessoas no país, conforme dados do Senso Agropecuário (2006). Conquanto, os benefícios já apontados em diversos estudos no que tange a esta modalidade de agricultura, é importante corroborar que os grupos sociais inerentes a Agricultura Familiar tem sofrido diversas dificuldades para se manterem no mercado, via de regra, por serem menos capitalizados e possuírem menos conhecimento técnico e científico ante aos processos produtivos e organizativos da agricultura de grande escala

Outro assim, a importância da Agricultura Familiar pode ser mais evidente quando esta adota a produção de produtos orgânicos e agro ecológicos, pois, segundo autores como Caporal (2009; 2008), Caporal, Costaber e Paul us (2006), Campânula e Valarini (2001), Ormond et al. (2002), Santos e Monteiro (2004), dentre outros, estes tipos de práticas são capazes de projetar processos produtivos e estratégias que minimizam os impactos ambientais provenientes da agricultura convencional incorporando procedimentos de desenvolvimento social e sustentável mais apropriado e que preserve a biodiversidade e a diversidade sociocultural, além de aumentar a produtividade necessária para viabilizar a pequena propriedade.

Segundo Schneider (2012) o reconhecimento da Agricultura Familiar no Brasil ocorreu principalmente a partir dos estudos realizados pelo Ford Anda Organization (FAO) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que demonstraram a importância para as estratégias de sobrevivência das famílias no campo, além dos benefícios gerados para o abastecimento de alimento na cidade.

No que concerne a literatura especializada sobre o tema foram encontradas várias reflexões dentre as quais são destacadas duas: uma que considera que a moderna Agricultura Familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalista desenvolvidas. E outra

que defende a Agricultura Familiar brasileira como um conceito em constante evolução, com significativas raízes históricas.

Para Damasceno, Khan, Lima (2001) a Agricultura Familiar tem contribuído para o desenvolvimento social e local em diversas partes do país. Já para Sousa (2004) o conceito de Agricultura Familiar é geralmente vinculado as linhas de créditos rural, mormente voltadas para agricultura de pequeno e médio porte administrado por bancos públicos e privados, além das cooperativas de crédito que possuem linhas de financiamento próprias. De acordo com Schneider (2003) há uma relação profícua entre a Agricultura Familiar e a emergência e consolidação das atividades não agrícolas no espaço rural, tendo por consequência a formação de unidades produtivas crescentemente identificadas com a pluriatividade das famílias rurais. Para Barbosa et al. (2003) a Agricultura Familiar é o elo construtivo entre organizações e pessoas, contribuindo para a melhoria do desempenho e da produtividade agrícola, bem como para as melhorias das condições de trabalho dos produtores rurais.

Não obstante, apesar da importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento do país, as pequenas propriedades sempre sofreram com as dificuldades de se manter ativas em um mercado extremamente tecnificado. Com o passar dos anos - sobretudo com a entrada do Governo Lula no poder - o Estado percebeu a necessidade de direcionar (e fortalecer as já existentes) políticas públicas de incentivo a este segmento como forma de dar suporte e abrir oportunidades de sobrevivência dos pequenos agricultores no mercado, dentre as quais, citamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A criação de políticas públicas e o fortalecimento de outras antigas voltadas para a Agricultura Familiar trouxe um conjunto de possibilidades de comercialização para os agricultores familiares acessarem mercados até então inviáveis, sobretudo para os organizados coletivamente em cooperativas e associações. Com efeito, estas políticas de apoio ao pequeno produtor possibilita a dinamização da Agricultura Familiar em diversas regiões do país.

Segundo Guanzirole (2001) a Agricultura Familiar no Brasil retrata de forma clara as consequências de uma 'não reforma agrária', materializadas pelos interesses da grande empresa capitalista no campo e suas formas de sistema de produção em grande escala. A concentração fundiária proporciona o domínio dos canais de comercialização por parte dos grandes produtores rurais, incidindo em consequências negativas para os pequenos produtores rurais, evidenciando a importância das políticas públicas de apoio aos mercados institucionais.

3. ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Mercados podem ser entendidos como o local que operam as forças de oferta e demanda através dos vendedores e compradores de tal forma que venha ocorrer a transferência e troca de mercadorias, materializada, atualmente, pelo câmbio monetário. A compra institucional, por sua vez, está atrelada ao poder do governo federal, estados e municípios em comprar alimentos advindos sobretudo da Agricultura Familiar, atendendo, portanto, as demandas locais alimentares. Assim sendo “[...] os alimentos podem ser utilizados para o abastecimento de hospitais, presídios, quartéis, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas etc. (VALÉRIO, 2015, p. 1)

Para Navarro (2008, p. 98):

[...] a valorização e o fortalecimento da Agricultura Familiar como a diversificação sobre tudo através da economia e aos setores de serviço pois o estímulo ao empreendedorismo local que viria do estado para formação dos avanços institucionais locais ou seja uma nova estratégia no desenvolvimento rural sustentável no Brasil em geral.

A relação entre o fortalecimento dos mercados institucionais, Agricultura Familiar e as políticas públicas promovem estímulos a segurança alimentar. A veemência das políticas públicas voltadas ao meio rural só tem sido possível em articulação sistemática com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), profícua, sobretudo, pela criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) garantida pela Lei 12.188 de janeiro de 2010, em sua última reformulação (OLIVEIRA, 2012).

Em suma a PNATER preconiza que,

[...] a Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios agro ecológico [...] assegurar com exclusividade aos agricultores familiares definidos como beneficiários dos programas MDA/SAF, o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da Agricultura Familiar. Deste modo, sua missão é participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da Agricultura Familiar e das suas organizações (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Quanto a prática, além das instituições consideradas tradicionais no serviço de ATER, diversas outras organizações tem se configurado em importantes propagadoras da Extensão Rural tais como, ONGs, cooperativas, associações, dentre outras. Isto se dá, pois, os técnicos disponíveis nessas organizações tradicionais não têm dado conta da extensa demanda requerida por estes serviços, com notória deficiência devido aos diversos municípios atendidos por cada escritório; a extensão territorial dos mesmos; a falta de carros; poucos técnicos disponíveis por escritório; para citar apenas algumas.

Portanto, segundo Navarro (2008), as políticas públicas de fomento e acesso aos mercados institucionais tiveram êxito no fortalecimento da Agricultura Familiar, sobretudo, através do desenvolvimento dos chamados territórios rurais. O contexto de sua criação se deu a partir de 1995 com início da linha de crédito aos pequenos produtores rurais possibilitada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF ampliou as possibilidades de produção e de comercialização dos pequenos agricultores que, outrora acuados pela pressão das grandes empresas capitalistas no campo, encontraram na diversificação e facilitação das linhas de crédito fôlego para sobrevivência da Agricultura Familiar.

Nesse sentido outras políticas públicas facilitaram o acesso aos mercados institucionais, tal como a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE surgiu muito antes de se pensar em uma valorização da Agricultura Familiar no país (1955), porém, em 2009 o programa deslançou a partir da lei 11.947/2009, que prevê em seu artigo 14 que 30% dos recursos financeiros pertencente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser empregados na compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor rural, dando prioridade, aos assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (OLIVEIRA e FONSECA, 2012).

Todavia, algumas dificuldades são encontradas pelos agricultores no que concerne ao acesso do PNAE, mormente, no que se refere a produção e comercialização dos produtos. Além disso, aspectos como sazonalidade, alto custo

de produção, distâncias a serem percorridas entre a propriedade rural e a sede do município, dificuldades com o transporte para escoar a produção, e outros problemas, que estão além das possibilidades dos agricultores como, atrasos nos repasses de verbas, limitações nos mecanismos de compra e pouca possibilidade de controle social sobre a operacionalização do programa, constituem grandes entraves para o êxito dessa política pública (ROCHET et al., 2012; SILVA e SILVA, 2011; BURLANDY e ANJOS, 2007).

A organização coletiva dos agricultores familiares pode funcionar como mitigador de alguns dos problemas apresentados acima, longe de ser a saída de todas as dificuldades, tendo em vista complexidade das mesmas. Nesse sentido, e segundo a orientação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da cartilha "O encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar", é preciso que os agricultores se organizem em associações e cooperativas, pois, juntos possuem mais força nos fóruns de discussão e facilita o acesso aos mercados consumidores. Ademais, apenas os Agricultores Familiares organizados coletivamente podem atuar no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem por escopo, fazer o controle social cogestor do PNAE (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Dessa forma, ressaltamos que a organização coletiva desses grupos sociais pode funcionar como valioso instrumento de acesso aos mercados institucionais, propiciando a emancipação individual dos agricultores por meio do aumento da economia de escala, da capacitação dos agricultores, do acesso a informação, da utilização de equipamentos em conjunto, da conservação do meio ambiente, da possibilidade de estabilidade e do aumento da renda, dentre outros diversos benefícios (VILLELA, 2006).

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracterizou como qualitativa, pois pretendeu compreender os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva interacionista, se diferenciando das correntes positivistas, sobretudo no que se refere ao tratamento dos dados. Em outras palavras, buscou-se entender o tema proposto baseado na compreensão dos significados de mundo dos sujeitos envolvidos, isto é, de suas relações num quadro amplo, enquanto ser social e histórico, tentando explicar e compreender o desenvolvimento da sua vida humana e de seus diferentes significados de mundo, não isolados de um contexto sociocultural mais amplo (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto aos objetivos propostos neste trabalho esta pesquisa assume um caráter exploratório, que facilita a análise de um campo teórico existente sobre o tema proposto. Busca, ademais, construir um tipo de conhecimento que permite elaborar hipóteses acerca da problemática de pesquisa. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória procura desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tentando uma maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Por ser um tipo de pesquisa muito específico, quase sempre assume a forma de um estudo de caso.

No que diz respeito ao método de operacionalização da pesquisa foi realizado a pesquisa bibliográfica permitindo uma compreensão teórica em torno do tema. A pesquisa bibliográfica se constitui no levantamento, leitura e fechamento de textos já publicados sobre o tema, em livros e artigos, principalmente. Além disso, com o propósito de compreender a percepção dos comunitários foi realizado entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada, segundo Corrêa (2013), aproxima-se de uma conversação. O entrevistador tem um conjunto de questões preferidas, mas mantém possui liberdade para colocar outras cujo interesse surja no decorrer da entrevista.

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. Num primeiro momento realizou-se uma visita a comunidade em conjunto com professores e alunos do curso de Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Unidade Cimba. Nessa visita, vinculada às disciplinas “Meio Ambiente e Ética” e

“Legislação do Turismo” foi possível gravar diversas falas de lideranças locais, além de realizar conversas informais com os moradores e fotografar o assentamento. Num segundo momento foi realizado entrevistas semiestruturadas com 07 famílias. Ressalta-se que o cronograma e o número de entrevistado foi influenciado com um evento não esperado: o despejo das famílias no dia 11 de setembro de 2019. As entrevistas que eram para ser realizadas no próprio assentamento não foi possível devido ao impasse judicial.

As entrevista e os áudios transcritos foram analisadas conforme categorias previamente definidas, chamadas de “passagens de análise”, quais sejam: “Chegada no assentamento e organização social”; “descrição sócio produtiva”; “atores, assistência técnica e políticas públicas”; “organizações das feiras”; “Impacto da ‘ação de despejo’ sobre os modos de vida das famílias”. A escolha de categorias previamente definidas foi realizada com base na literatura específica do tema, contudo, algumas, foram modificadas após a transcrição das entrevistas entendendo que a pesquisa de campo, numa perspectiva qualitativa, sempre nos tem ‘algo a dizer’.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nesta investigação através da pesquisa bibliográfica, das visitas *in loco* e das entrevistas abertas retratam cinco “passagens de análise” importantes, quais sejam: “Chegada no assentamento e organização social”; “descrição sócio produtiva”; “atores, assistência técnica e políticas públicas”; “organizações das feiras”; “Impacto da ‘ação de despejo’ sobre os modos de vida das famílias”. Estas passagens evidenciam as mudanças estruturais ocorridas no que se refere aos modos de produção e de comercialização dos assentados, ou seja, estabelecemos nesses temas as principais estratégias de reprodução social da comunidade afetada pela construção da barragem e os impactos causados pela mesma.

É importante ressaltar, ainda neste tópico que a última “passagem”: “Impacto da ‘ação de despejo’ sobre os modos de vida das famílias” afetou substancialmente o resultado final dessa pesquisa. A expulsão compulsória da comunidade do assentamento coincidiu com o cronograma de entrevistas, fazendo com que os sujeitos entrevistados se sentissem acuados em suas falas, tímidos, receosos e até mesmo com medo. Portanto, achamos importante expor na íntegra um quadro das principais respostas intentando as verificações possíveis a partir deste contexto.

Quadro 1 – Principais respostas obtidas

	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C	Entrevistado D	Entrevistado E
1-Por qual motivo se mudou para o assentamento?	Pra planta, pesca porque e beira rio, pra trabalhar, porque na cidade não tem como sobreviver.	Nós fomos para o acampamento que fomos obrigado a ocupar uma área do ceste, porque nós não fomos indenizados.	Porque a gente ficou sem lugar pra trabalhar depois da barragem, a gente foi pra lá planta alguma coisa.	Porque não tinha terra pra trabalhar e planta na horta.	Pra trabalhar.
2-De onde vinha sua renda antes do assentamento? É a mesma	A gente só tinha renda do peixe ai quando passou ir pra	A minha renda de antigamente a gente vivia do peixe, das vazantes, a	Porque antes da barragem a gente vivia de vazante, pescaria ai depois da a barragem	Antes trabalhava nas vazantes ai depois tivemos que ir para o	Era a mesma coisa.

atividade de hoje?	lá fomos plantar o milho, feijão, mandioca mexe com horta.	gente plantava o milho, abóbora, feijão, arroz e tudo isso.	acabou tudo isso, ai a gente foi para o assentamento e fomos planta horta.	assentamento mexe com horta por conta da barragem.	
3-quais produtos agrícolas o senhor (o) plantava no assentamento?	Alface, cheiro verde, couve, abóbora, mandioca, etc.	Pimenta, cheiro verde, cebola, abóbora, mandioca.	Mandioca, feijão, milho, arroz.	Cheiro verde, alface, abóbora, feijão e milho.	Mandioca, abóbora, pimenta e cheiro verde.
4- com relação aos produtos vendidos qual era o principal destino?	Eu plantava e depois ia vender.	Eu plantava e depois vendia.	Produzia pra depois vender na feira.	Era colher o produto e vender na feira.	Depois de colher o produto era levar para a feira para vender.
5- os produtos vendidos passam por algum tipo de fiscalização?	Não	Não	Não	Não	Não
6- quais são as principais dificuldade na comercializar os produtos?	A dificuldade que a gente tem lá e pra ajuntar adubo inclusive a saída de lá, porque o caminhão não ia até lá, a gente caminhava uns 600 quilômetros.	Era leva os produtos até o caminhão porque era um pouco longe do assentamento.	Era carregar na cabeça até o carro a gente caminhava 600 quilômetros.	A dificuldade maior era só quando não vendia todo produto.	Transportar os produtos até a feira local.
7- como e feita a contabilidade (anotação do que vende, do que gasta etc. dos produtos)?	Anotava no caderno.	Muitas vezes a gente nem fazia anotação.	Anotação.	As vezes a gente anotava.	Não anotava em lugar nenhum, era pela cabeça.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Chegada no assentamento e organização social

O assentamento Ilha Verde surgiu no dia 18 de fevereiro de 2012. De acordo com dados obtidos na pesquisa fez 8 anos desde a ocupação do local, ou seja, se

fez abrigo para seus moradores que usufruíram da terra, do espaço e de todos os benefícios para se manterem e sustentar mais de 30 famílias. O assentamento fica localizado no assentamento Ilha Verde em Babaçulândia à margem do Rio Tocantins.

Na perspectiva dos moradores e atores sociais que acompanharam o caso, mesmo com uma boa utilização do espaço pelas famílias trabalhadoras, houveram diversos embates com a então administradora da barragem Usina hidrelétrica de estreito CESTE. O embate se dava pela ocupação ilegal (na visão do Consórcio) e a utilização do espaço para Agricultura Familiar e seguridade dos direitos fundamentais das famílias atingidas.

Segundo os entrevistados a ocupação do assentamento tiveram dois motivos principais para plantar e pescar, já que eram da beira do rio que tiravam seu sustento e porque não tinham sido indenizados pelo consórcio tal como exemplificado pelas falas abaixo:

Entrevistado A: “Pra plantar, pescar, porque é beira rio pra trabalhar, porque na cidade não tem como sobreviver”

Entrevistado C: “Porque a gente ficou sem lugar pra trabalhar depois da barragem, a gente foi pra lá planta alguma coisa”.

Entrevistado B: “Nós fomos para o acampamento que fomos obrigado a ocupar uma área do CESTE, porque nós não fomos indenizados.

Outro fator importante destacado pelos entrevistados é o modo de reprodução socioeconômica, outrora baseada na pesca e na utilização das várzeas do rio Tocantins. Tal como ilustrado nas falas abaixo, o advento da barragem trouxe um conjunto de mudanças obrigatórias a essa comunidade, tendo por consequência a ocupação e organização social do que ficou conhecido como assentamento Ilha Verde.

Entrevistado C: Porque antes da barragem a gente vivia de vazante, pescaria, ai depois da barragem acabou tudo isso, ai a gente foi para o assentamento e fomos plantar horta.

Entrevistado D: Antes trabalhava nas vazantes ai depois tivemos que ir para o assentamento mexe com horta por conta da barragem

Descrição sócio produtiva

Após a chegada ao assentamento, em meio ao conflito com CESTE, os moradores se dividiram em pequenos grupos, que eram materializados por pequenos lotes destinados aos mais variados tipos de culturas. Destaca-se, todavia, a produção de hortaliças e a pesca na beira do lago artificial em detrimento da construção da barragem. A horta não foi tal como destacado pelas falas acima, uma escolha a priori, mas uma estratégia de sobrevivência.

Entrevistado E: Mandioca, feijão, milho, abóbora, banana

Entrevistado F: Era horta milho, mandioca, feijão, banana, açaí, limão

Entrevistado G: A gente plantava cheiro verde, alface, abóbora, feijão, milho.

Entrevistado H: Era pimenta, cheiro verde, cebola, mandioca.

Apesar das dificuldades de ter que se adaptar a um novo local e as novas estratégias de reprodução socioeconômicas é possível perceber nas falas acima uma diversificação da produção das famílias, típico da Agricultura Familiar. Nesse sentido, para Gazola e Schneider (2013, p. 55):

A diversificação das estratégias dos agricultores é definida como um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (portfolios) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida

A aplicabilidade da Agricultura Familiar se justifica pela sua capacidade de geração de emprego (para família e para outros) e renda a baixo custo de investimento. Além disso, pela sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos, o que constitui um fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Há também a possibilidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menor dano ambiental, impulsionando o crescimento autossustentável (SANTOS, 2001).

O atores, assistência técnica e políticas públicas.

O apoio de atores externo ao assentamento é praticamente inexistente, conforme exemplificado nas falas dos entrevistados. Segundo eles apenas o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) oferecem apoio efetivo a comunidade. Outro fator relevante diz respeito ao desconhecimento das políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar, sobretudo no que se refere às políticas que possibilitam o acesso a alguns mercados tais como o PNAE e o PAA. O acesso as políticas de crédito como o PRONAF também é inexistente.

A utilização das políticas públicas possibilitam o acesso aos mercados institucionais por parte da Agricultura Familiar e tem como efeito positivo o desenvolvimento rural. No caso das famílias do assentamento Ilha Verde o desconhecimento dessas políticas inviabilizam uma maior rentabilidade através da compra direta pelo Governo dos produtos agrícolas. Restam-lhe, apenas o acesso a feira da cidade de Babaçulândia que é possível através do apoio da prefeitura que manda um carro para pegar os produtos no Assentamento. Há de se ressaltar que os sistemas de comercialização representam um papel fundamental dentro da economia rural familiar ao proceder a ligação entre o setor produtivo e consumidor final.

Organização das feiras

As feiras tem como objetivo dinamizar a produção e a comercialização dos produtos produzidos pela Agricultura Familiar. Constitui uma atividade importante para o desenvolvimento rural e local dos municípios e cidade vizinha. No caso do assentamento Ilha verde têm sido o principal mecanismo de escoamento da produção das famílias, incidindo em benefícios tanto para os produtores quanto para os consumidores finais na cidade. Outro fator importante é a não utilização dos agrotóxicos levando um alimento de qualidade e saudável para a cidade.

Entrevistado A: a gente produzia levava para a cidade vendia um pouco e consumia outro. **Entrevistado B:** a gente ajeitava os produtos em um isopor e levava para feira. **Entrevistado C:** na hora de vender os alimentos no caso

da falta de um alimento o outro cedia pra pessoa vender e assim um ia ajudando o outro na venda.

De acordo com as falas dos entrevistado - exemplificados acima – é importante destacar dois processos: a) a vendas nas feiras corresponde ao excedente de produção, isto é, o consumo próprio por parte das famílias é um importante aspecto da Agricultura Familiar; b) outro fator é a coletivização dos processos, resultando na ajuda mútua e na solidariedade por parte das famílias. Foi possível perceber a cooperação entre as famílias desde o processo de produção até o ato final de comercialização.

Impactos da barragem

Os resultados desta pesquisa foram fortemente afetados pelo impacto da construção da barragem sobre a vida das famílias. Ou seja, para além das dificuldades comuns no que se refere a produção e comercialização que seriam encontradas em qualquer assentamento, Ilha Verde é constituída a partir de um impacto socioambiental, materializada pelo deslocamento compulsório das famílias após a construção Usina Hidrelétrica do Estreito.

Um pouco antes de realizar as entrevistas o conflito se agravou através de uma ordem judicial de despejo do assentamento ocorrido no dia 11 setembro O que já era ruim se agrava já que agora boa parte dos moradores do assentamento não tem mais a terra para produzir.

Entrevistado A: Ficou bastante ruim ninguém produzia mais, não vendeu porque não tem lugar de planta a horta, pois não deram outra terra para a gente [...]

Entrevistado B: Agora zerou, tá ruim péssimo bem ruim acabou, não tem mais solução de nada, e a cidade também ficou sem nada. Porque era de onde a gente trazia cheiro verde, e vendíamos um produto bem classificado [...]

Entrevistado C: Mudou bastantes coisas, pois não temos aonde plantar, fica tudo mais difícil [...] agora estamos nos virando apenas com pesca, e procurando outros bicos para fazer aqui na cidade.

De acordo com as entrevista percebe-se que as dificuldades de reprodução socioeconômicas no assentamento Ilha Verde foram cada vez mais ampliadas pelo processo conflituoso vivido contra o CESTE ao longo dos anos. O desconhecimento e falta de acesso as políticas públicas, falta de apoio e assistência técnica e, por último, a ordem jurídica de despejo colocam em risco a sobrevivência das mais de 30 famílias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, através dos resultados obtidos que as estratégias de sobrevivência no assentamento Ilha Verde, não se baseava no simples acesso aos mercados, mas na busca de dignidade e direitos sociais. Sendo assim, as estruturas produtiva das famílias do assentamento Ilha Verde se faz pela produção familiar de alimentos e pela comercialização dos produtos junto a única feira da cidade de Babaçulândia – TO e região. Porém, demandam a necessidade de melhorias e de apoio de instituições externas. Outrossim, a falta de conhecimento e acesso as principais políticas públicas de compra direta e de crédito rural dificultaram o desenvolvimento das propriedades em Ilha Verde.

Dessa maneira observou-se que os desafios encontrado pelos agricultores é fator predominante. As entrevistas demonstraram uma constante insatisfação e indignação por parte das famílias do assentamento, em relação ao Consócio Estreito de Energia (CESTE), pela falta de apoio as famílias do assentamento e as principais necessidades em relação a um espaço para produzir e viver em sociedade, visando obter uma fonte de renda através do próprio trabalho.

Ressalta-se que a pesquisa em voga enfrentou algumas dificuldades que são decorrentes do conflito vivido com o Consórcio. O cronograma e a qualidade das entrevistas foram alteradas após a notificação de despejo no dia 20 de março de 2019 em decorrência da intensificação do conflito, resultando na expulsão e na dispersão das famílias. Portanto, as entrevistas que seriam realizadas na comunidade foram feitas de forma dispersa – geograficamente falando -, havendo uma imensa dificuldade de achar as famílias.

Sugere-se como tema de pesquisa futura tentar compreender o impacto da UHE Estreito na renda monetária e não monetária das famílias do Assentamento pós ação de despejo e, ainda, como que isso se relaciona com o abastecimento da feira de Babaçulândia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, JOSÉ CARLOS GOMES DOS; SILVA, SERGIO DA (org). **São Miguel ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: 2004
- CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 18, n.3, 2001.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Agro- ecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agro- ecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agro- ecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: [s.n.], 2006.
- CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio (org.); **Agro- ecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://agroecologia.incaper.es.gov.br/site/images/publicacoes/agroecologia%20-%20uma%20ciencia%20do%20campo%20da%20complexidade%20final.pdf>>. Acesso em: 05 out. de 2019.
- CORRÊA H.L; CORRÊA C. A. **Administração de produção e operação**. São Paulo: Atlas, 2013.
- DIAS, L. A. L; RANOS JUNIOR, D. V. **A história de vida de vazanteiros deslocados pela UHE Estreito em Babaçulândia – TO**. 2018.
- FONSECA A. A da. Ritos da cultural política do Triângulo Mineiro. UFMG: Belo Horizonte, 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Censo 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf>. Acesso em: 05 out. de 2019.

GAZOLA e SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos de agricultura familiar. Porto Alegre: GPAD-UFRGS, 2005.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo Atls,2008.

LIMA, M.A.B. avaliação de impactos de investimentos públicos em ciências e desenvolvimento regional. Porto Alegre, 2001.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: X World Congresso of. Rural Sociólogo – **IRSA; XXXVII Brazilian Congress of. Rural Economic and Sociology** – Sober, n. 38, Rio de Janeiro, 2000.

NAVARRO, Z. desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do future. 2011.p.83-100.

OLIVEIRA, A.C de; BRITO, Y.F. de. (Ed) **visualidade Urbanidade**. São Paulo editor da UNESP, 2012.

SANTOS, M. **A. natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo Hucitec,1996. p.208-22

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução a pesquisas em ciências a sociais: a pesquisas qualitativa em educação**. São Paulo; Atlas, 1986

VALÉRIO, O. M. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo, **Revista dos tribunais**, 2015.